



FORTALECIMENTO DE FAMILIARES DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL, ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E FAMILIARES ATRAVÉS DE ENCONTROS DIALÓGICOS E OFICINAS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO VÍNCULOS.

STRENGTHENING FAMILY MEMBERS OF PEOPLE DEPRIVED OF LIBERTY, EX-PRISONERS, ADOLESCENTS UNDER SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES, AND THEIR FAMILIES THROUGH DIALOGICAL MEETINGS AND WORKSHOPS: THE EXPERIENCE OF THE VÍNCULOS PROJECT.

CAMILLA MARCONDES MASSARO¹

ISABELA OLIVEIRA DA SILVA²

SARAH SALES MONTOIA³

Resumo

O artigo apresenta um relato de experiência do Projeto Vínculos, projeto de extensão universitária da PUC-Campinas realizado entre 2020 e 2023 em parceria com a Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social de Hortolândia/SP, cujo objetivo principal foi apoiar e fortalecer pessoas que tiveram suas vidas atravessadas pelo sistema prisional e/ou socioeducativo, incluindo egressos, familiares de pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e familiares de adolescentes a partir da atuação por meio da perspectiva dialógica baseada nos ensinamentos de Paulo Freire. Para a construção do relato, após a introdução na qual apresentamos o Projeto Vínculos, na primeira parte do texto situamos a discussão acerca do sistema prisional a partir de estudos sobre o encerramento em massa, da seletividade penal e das desigualdades sociocracias que estruturam nosso país. Na segunda parte, destacamos a contribuição das atividades de extensão na perspectiva dialógica freiriana e a importância da atuação na extensão universitária na formação integral de estudantes de graduação. Por fim, na terceira parte, apresentamos os relatos dos encontros dialógicos realizados pelo Projeto Vínculos no ano de 2022 a partir dos registros feitos pelas alunas bolsistas em seus diários de campo ao longo dos encontros, analisando as experiências dos participantes à luz das teorias abordadas.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Sistema Prisional; Sistema Socioeducativo; Família; Paulo Freire.

¹Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

²Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

³Graduada de Ciências Sociais com ênfase em Antropologia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Direito no Centro Universitário de Jaguariúna (UNIFAJ).



Abstract

The article presents an experience report of the Vínculos Project, a university extension project at PUC-Campinas carried out between 2020 and 2023 in partnership with the Hortolândia/SP Social Inclusion and Development Department, whose main objective was to support and strengthen people whose lives had been crossed by the prison and/or socio-educational system, including former prisoners, family members of people deprived of their liberty, adolescents in compliance with an open-ended socio-educational measure and family members of adolescents, based on the dialogical perspective of Paulo Freire's teachings. To construct the report, after the introduction in which we present the Vínculos Project, in the first part of the text we situate the discussion about the prison system based on studies about mass incarceration, penal selectivity and the socio-crises that structure our country. In the second part, we highlight the contribution of extension activities from a Freirean dialogical perspective and the importance of university extension activities in the integral formation of undergraduate students. Finally, in the third part, we present the reports of the dialogical meetings held by Projeto Vínculos in 2022, based on the records made by the scholarship students in their field diaries throughout the meetings, analyzing the participants' experiences in the light of the theories discussed.

Keywords: University Extension; Prison System; Socio-Educational System; Family; Paulo Freire.

Introdução

O presente trabalho apresenta um relato de experiência derivado do Projeto Vínculos, projeto de extensão universitária da Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP (PUC-Campinas) realizado em duas unidades de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e na unidade de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) entre os anos de 2020 e 2023 em parceria com a Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social da prefeitura municipal de Hortolândia, localizada na região metropolitana de Campinas/SP.

Ao longo do seu desenvolvimento, o Projeto Vínculos teve como principal objetivo olhar para pessoas que tiveram suas vivências atravessadas pelo sistema prisional e/ou socioeducativo, como egressos do sistema prisional, familiares de pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa buscando, através da perspectiva dialógica, apoiar o fortalecimento dos participantes para o enfrentamento das adversidades provenientes das situações vividas por si ou seus familiares. Outro objetivo do projeto foi o de sensibilizar a sociedade em geral no que diz respeito à temática.

Para tanto, a equipe composta ao longo da vigência do Projeto Vínculos sempre teve caráter interdisciplinar, contando com estudantes bolsistas e voluntários graduandos em Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Mídias Digitais, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social, ampliando as



possibilidades de compreensão acerca da complexidade que envolve ser um sobrevivente do cárcere ou um familiar de pessoa privada de liberdade, bem como das condições que perpassam a vida de quem passou pelo sistema socioeducativo. A diversidade na formação dos integrantes derivada das diferentes perspectivas de formação provenientes dos cursos nos quais estavam matriculados propiciou uma atuação mais ampla e em distintas frentes, contribuindo inclusive para a manutenção do projeto durante os períodos de maior isolamento devido à Pandemia de COVID-19.

Dentre as atividades realizadas no intuito de sensibilizar e informar a sociedade com conteúdo de qualidade e cientificamente embasado, desenvolvemos uma cartilha⁴, dois cadernos de atividades pedagógicas para trabalhar com crianças tanto na educação formal quanto na educação não-formal⁵, um caderno de brincadeiras para crianças com atividades para serem realizadas com a família⁶, 62 vídeos curtos sobre a temática, um canal no YouTube⁷, uma página nas redes sociais⁸, um jogo para trabalhar com adolescentes⁹ e um programa de podcast intitulado “Vozes e Vínculos” com 15 episódios contendo relatos cedidos por participantes do projeto entre os anos de 2022 e 2023¹⁰.

Para alcançar o objetivo de atuar junto a pessoas que tiveram a vida atravessada pelo sistema prisional ou socioeducativo, entre os anos de 2022 e 2023 foram realizados encontros dialógicos e oficinas nos CRAS parceiros e no CREAS de Hortolândia/SP, elaborados de forma específica para cada grupo que participou do projeto. Assim, ao longo do ano de 2022, no CRAS do Jardim Amanda, elaboramos encontros dialógicos voltados para familiares de pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional. E, no CREAS, oficinas para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e encontros dialógicos com familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. No ano de 2023, os encontros foram apenas com familiares de

⁴ Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/puc-campinas-elabora-cartilha-para-ajudar-pessoas-com-familiares-em-presidios/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

⁵ Disponíveis respectivamente em <https://www.calameo.com/books/0028127051b9c31266551> e <https://www.calameo.com/books/002812705750870afc8eb>. Acesso em: 28 jun. 2024.

⁶ Disponível em: <https://www.calameo.com/books/0028127056deb32fdf9f2>. Acesso em: 28 jun. 2024.

⁷ Disponibilizados em primeira mão para os participantes através de grupo em aplicativo de mensagem instantânea e, posteriormente, divulgados no canal do YouTube do Projeto Vínculos, disponível em <https://www.youtube.com/@projetovinculos1785/featured>. Acesso em 01 jul. 2024.

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/proj.vinculos/> e espelhada em: <https://www.facebook.com/proj.vinculos>. Acesso em 01 jul. 2024.

⁹ O jogo ainda não está disponível para acesso online.

¹⁰ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2pTPMQ5SfnOFjn2xBmMaw1>. Acesso em 01 jul. 2024. Também está disponível no canal do YouTube do Projeto Vínculos e nas demais plataformas de áudio.



pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional vinculados a dois territórios do município de Hortolândia: o CRAS do Jardim Amanda, dando sequência ao trabalho do ano anterior e o CRAS do Jardim Novo Ângulo, com o qual havíamos trabalhado durante a pandemia nos anos de 2020 e 2021.

As atividades com o público-alvo foram realizadas com base na perspectiva de extensão delineada por Paulo Freire (1983), sendo caracterizados, portanto, enquanto encontros dialógicos. Em cada ano, realizamos um primeiro encontro com cada grupo, entendido como um momento de acolhimento, no qual apreendíamos as motivações da participação e as temáticas latentes levantadas pelos participantes para a elaboração das oficinas e encontros dialógicos. Definidas as temáticas, os alunos bolsistas e voluntários dos cursos de Ciências Sociais, Serviço Social, Pedagogia e Psicologia idealizavam – com orientação e supervisão da professora coordenadora – a metodologia de cada encontro, normalmente dividida em: momentos de acolhida, entendimento inicial sobre o tema, problematização e reflexão (com produção para registro, às vezes individual, às vezes coletiva, como painel, mural, escrita, desenho), socialização da reflexão e encerramento.

Para os grupos de adultos com os quais atuamos no Jardim Amanda (2022 e 2023) e no Jardim Novo Ângulo (2023), os encontros dialógicos tiveram como temas: “Ser mulher, ser mãe”, “Como vejo e o que penso sobre o sistema prisional”, “Como me sinto enquanto familiar de pessoa privada de liberdade ou egresso” e “Meu caminho até aqui e quais são meus desafios”. Com o grupo de familiares dos adolescentes realizado no CREAS (2022), os temas foram: “Ser mulher, ser mãe”, “Como vejo e o que penso sobre as medidas socioeducativas”, “Como me sinto enquanto familiar de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa”, “Meu caminho até aqui e quais são meus desafios”. Com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto atendidos pelo CREAS (2022), as temáticas foram: “Como me vejo e o que gosto de fazer”, “Como vejo o mundo e o que é importante para mim”, “Como vejo o sistema socioeducativo”, “O que espero em relação ao futuro”.

Os encontros foram pensados para a promoção de uma escuta atenta, de diálogo e de reflexão, em um espaço respeitoso e sem julgamentos, no qual os participantes pudessem se sentir seguros e à vontade para compartilhar suas vivências em relação ao sistema prisional e/ou ao sistema socioeducativo.



Considerando que as atividades de extensão são também espaços de formação universitária, em todos os encontros os estudantes presentes faziam anotações registradas em diário de campo, com vistas a permitir momentos de reflexão ao longo e após a participação.

No presente trabalho, serão apresentados relatos derivados de alguns desses encontros de acordo com os registros do diário de campo das estudantes de Ciências Sociais que atuaram no projeto enquanto bolsistas no ano de 2022, com reflexões provenientes de estudos bibliográficos sobre o sistema prisional e sobre a importância da extensão universitária tanto para a comunidade quanto para a formação integral dos estudantes universitários.

A seletividade sociorracial do sistema prisional

Para compreendermos os impactos do encarceramento na vida do egresso e dos familiares de pessoas privadas de liberdade, é preciso olhar para as estruturas do sistema prisional, para assim, entender seu modo de atuação e o seu público-alvo. Juliana Borges (2019), no livro "Encarceramento em massa", traz importantes pontos que explicam o que estrutura tal sistema.

Para falar sobre um tema cada vez mais discutido nas sociedades contemporâneas, é importante recorrermos tanto à história quanto a uma discussão sobre a ideologia que serve como pano de fundo nas construções das estruturas sociais. Como se estabelece e se constitui esse sistema que, ao surgir com a proposta de controle e de sanções, se articula no emaranhado sistema vigente de reprodução de desigualdades? Que a ideologia se esconde nas propostas e nas modificações pelas quais o sistema penal passou ao longo dos anos? Direitos e avanços ou simples reorganização e reestruturação da punição? (Borges, 2019, p. 27).

A ideologia citada seria a legitimação da ação dessa estrutura sobre certos corpos. Borges (2019), fazendo referência à Sueli Carneiro, defende que a ideologia da sociedade brasileira é baseada no racismo, ou seja, esse fator ideológico perpassa as instituições e as leis.

Silvio Almeida (2018), em sua obra "O que é racismo estrutural?", dialoga com a ideia de o racismo ser atuante por meio das instituições. O autor elucida a concepção institucional das relações raciais, assim:



[...] o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do *funcionamento* das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça. (Almeida, 2018, p. 29).

Ainda segundo Almeida (2018), as desigualdades e conflitos raciais também se fazem presentes dentro das instituições, sendo orientadas por grupos raciais que agem por meio das instituições usufruindo de seu poder e intenções políticas e econômicas. Desse modo, o grupo dominante impõe suas regras e padrões de forma que seja naturalizada a sua dominação, que passa a ser vista como normal. As discriminações são orientadas pela raça, com a hegemonia do grupo dominante na instituição, agindo pela violência e pela unanimidade do seu domínio.

[...] Isso faz com que a cultura, a aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas - por exemplo, o legislativo, o judiciário, o ministério público [...] (Almeida, 2018, p.31).

Essa imposição de acordos sociais foi refletida por Borges (2019), trazendo a contribuição de Angela Davis, no questionamento acerca de quem cria o que é crime e quem é o criminoso. Além da ideia de a punição estar no imaginário social, sendo vista e entendida como algo natural.

[...] as perguntas que devemos nos fazer são: as prisões estão sendo espaços de real ressocialização como se propõe? Como surge essa ideia da privação de liberdade como uma pena para quebra de convenções e contratos sociais? São as prisões as únicas formas de tratar certas quebras de acordos sociais? E, inclusive, inserirmos uma pergunta já antes realizada pela filósofa e uma das maiores pensadoras da atualidade sobre aprisionamento, Angela Davis: quem define o que é crime e quem é criminoso? (Borges, 2019, p. 28).

O que vemos atualmente sobre a justiça criminal, tem marcas que remontam ao período escravocrata, como analisado por Angela Davis (2018) em relação aos Estados Unidos, e também ao modo como os processos criminais aconteciam nas monarquias da Europa, como trazido por Borges (2019).

Davis (2018) apresenta uma perspectiva histórica do período escravocrata e das prisões no contexto dos Estados Unidos indicando como determinadas punições, como o linchamento, a escravidão e a segregação eram tão naturalizadas, que o linchamento continua sendo aceito mesmo depois de décadas após o fim da escravatura. O mesmo pode ser pensado em relação à segregação a partir dos guetos. A autora analisa que a punição nos moldes de reabilitação por meio do encarceramento surge no contexto da Revolução Americana, no lugar das penas corporais.



Além da punição com o encarceramento, Davis (2018) nos mostra como depois da abolição da escravidão a justiça criminal, desenvolvida principalmente nos Estados do Sul dos Estados Unidos passaram a controlar de modo legal a liberdade para que os escravizados que haviam conseguido a emancipação não pudessem alcançar a liberdade de fato. Assim a relação entre crime e cor da pele vai adquirindo contornos de normalidade.

Também a partir de uma perspectiva histórica, Juliana Borges (2019), analisa que o processo criminal, em meados dos séculos XVI e XVII tanto nas monarquias europeias quanto em suas colônias, não pressupunha a participação de quem era acusado - o acusado não participava das acusações, nem dos depoimentos e provas. Logo, o acusado não acompanhava seu processo. Hoje, apesar da garantia constitucional do direito à ampla defesa, o distanciamento social entre as pessoas comuns e a esfera jurídica, por exemplo por meio da linguagem não acessível e elitizada, réus e seus familiares não conseguem acompanhar de maneira integral o processo, sendo difícil o exercício de defesa e de direitos.

Relacionando a discussão à realidade brasileira contemporânea, Borges (2019) também destaca a tortura como parte da constituição histórica do sistema penal que se mantém:

Se pensarmos na realidade nas periferias e nas favelas hoje, e nas constantes violações de direitos humanos presentes em denúncias de ações de um braço indispensável da justiça criminal, que é a polícia, [...] podemos afirmar que a tortura permanece como via, não ligada diretamente ao Judiciário, mas como prática constante do aparato de vigilância e repressão. (Borges, 2019, p. 29).

Para compreendermos como funciona o filtro do sistema prisional – ou o mecanismo de seletividade penal – em nossa sociedade, é primordial olhar a questão histórica da formação da sociedade brasileira, com isso, olhar para a escravidão e o período pós-abolição.

Borges (2019) defende que o racismo é a ideologia que funda a sociedade brasileira, devido a escravidão, que foi a base da constituição da nossa economia. A autora analisa que também as relações sociais tiveram influência dessa ideologia, e, portanto, convivem e reproduzem a hierarquia baseada na raça. Nesse sentido, reafirma a compreensão de que a ideia de democracia racial é um mito e que, apesar dos avanços da modernidade, no século XX e XXI o racismo vai se reconstruindo de outras formas e, se



no período colonial o corpo negro que foi escravizado era entendido enquanto mercadoria, hoje a vigilância e punição sobre esses corpos se dá pela perspectiva da construção social da imagem e do perfil do criminoso e do marginal em nossa sociedade atrelada aos corpos negros que continuam passando a ser vistos como indivíduos serem temidos. Essa personificação do medo legitima a exclusão, a perseguição religiosa e cultural, o extermínio, a negligência em relação aos direitos e o encarceramento em massa da população negra.

Conforme o breve debate apresentado acima, vemos que na sociedade brasileira as hierarquias de raça e de classe são mantidas através da estrutura social. Enquanto instituição social, portanto, o sistema prisional mantém e reproduz tais desigualdades raciais e sociais, não só no “filtro” dos mais propensos ao encarceramento, mas também no modo pelo qual o tratamento ao recluso é despendido, ferindo os direitos humanos fundamentais.

Essas questões podem ser visualizadas através de pesquisas e dados oficiais, como no informe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicado em 2021, que indica a existência de um padrão no perfil das pessoas privadas de liberdade: “[...] pobres, negras, jovens, sem acesso a oportunidades [...]” (CNJ, 2021, p. 8).

A pesquisa do perfil racial realizado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), indica que a população privada de liberdade, em 2022, era composta de 68,2% de negros e 30,4% de brancos. Entre 2005 e 2002, a população prisional negra aumentou em 381,3%, enquanto a população prisional branca marcou 215%.

Tal padrão é confirmado quando analisamos os dados mais recentes do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (SISDEPEN) referentes a junho de 2024 mostram que das 663.387 pessoas cumprindo pena em celas físicas no país¹¹, 51,8% eram pardas e 16,76% pretas, somadas, as pessoas negras chegavam a 68,56% do total (SISDEPEN, 2024).

¹¹ A partir da pandemia de COVID-19, os dados passaram a ser separados entre pessoas cumprindo pena em celas físicas e pessoas cumprindo pena em prisão domiciliar, subdivididas em pessoas com e sem monitoramento eletrônico.



Os dados apresentados colaboram para a reafirmação da questão racial estrutural apontada neste artigo, com o sistema prisional sendo agente de reprodução e produção de novas desigualdades¹².

Assim, entendemos que o encarceramento em massa possui classe e raça. Essas vidas e esses corpos são marginalizados também após o encarceramento, dificultando a superação do rótulo de “egresso”, fazendo com que não consigam escapar dessa estrutura que mantém os corpos negros e pobres como alvos das políticas punitivas e repressivas. E mais, tais atravessamentos perpassam também a experiência de familiares de pessoas privadas de liberdade, trazendo obstáculos que contribuem para agravar a situação de vulnerabilidade social na qual essas famílias vivem. Essas vivências serão retratadas neste artigo por meio das anotações e reflexões derivadas dos diários de campo, onde foram registrados os encontros dialógicos com os egressos e familiares e as oficinas com os adolescentes.

Foi para esse público que o Projeto Vínculos direcionou seu olhar, buscando compreender e dar visibilidade a quem é marginalizado, criminalizado e discriminado pelo filtro sociorracial que estrutura nossa sociedade através de um espaço em que os participantes puderam trazer suas vivências (que cercam a prisão, as medidas socioeducativas, a ressocialização); seus olhares como sobreviventes e como familiares atravessados por esse sistema; seus questionamentos; as desigualdades; os preconceitos durante e pós privação de liberdade; os recortes de raça, classe e gênero; dentre outras questões. O Projeto Vínculos se propôs a ouvir, respeitar e ecoar essas vozes que são sistemáticas, violentadas e historicamente subalternizadas e silenciadas.

A extensão universitária em perspectiva dialógica

A extensão universitária pode ser entendida a partir de uma dupla perspectiva, de forma dialética: é o momento em que universidade e comunidade se encontram de forma concreta, não para que a primeira “aplique” seus conhecimentos na segunda, como

¹² Em relação ao sistema socioeducativo, o perfil dos adolescentes, bem como as infrações que os levam às medidas socioeducativas reproduzem a mesma dinâmica do sistema prisional, conforme podemos verificar, por exemplo, no estado de São Paulo, através dos dados disponibilizados pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA. Disponível em: <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/boletins/>. Acesso em 14 dez. 2024.



versam as perspectivas mais tradicionais, mas para a construção de conhecimentos de forma coletiva e horizontal, em um processo de ensinamento e aprendizagem mútuo.

A construção de um projeto de extensão universitária deriva de uma demanda da comunidade, a partir da qual se pensa em uma metodologia para o desenvolvimento de atividades e ações que condizem com o público participante e com os objetivos a serem alcançados, podendo se configurar – como foi o caso do Projeto Vínculos – como suporte para demandas do serviço público que por diversos motivos não consegue alcançar o atendimento aos cidadãos de forma integral.

Para o desenvolvimento dos projetos de extensão, a participação dos estudantes universitários é fundamental. No que tange às possibilidades aos estudantes, a partir dos ensinamentos Victor Turner (1996), podemos entender a graduação como um ritual de passagem, onde a maioria dos alunos estão num momento de mudança, saindo de uma determinada idade e indo para outra, decidindo sua vida e seu futuro. Grande parte dos discentes entram na graduação adolescentes e saem adultos com formação profissional que precisam lidar com o mundo do trabalho e seus desafios.

Deste modo, a participação em projetos de extensão universitária se configura como uma ferramenta para que os estudantes passem por esse processo de uma maneira mais aprofundada e possam ter uma formação mais concreta das mediações necessárias para as ações no mundo fora da Universidade, ou seja, se caracteriza como uma possibilidade de formação integral.

Assim como em relação aos alunos, no que tange ao público participante das atividades do Projeto Vínculos nos CRAS parceiros e no CREAS de Hortolândia/SP, é importante ressaltar que nos valemos dos ensinamentos de Paulo Freire visando uma perspectiva de educação libertadora.

Na obra “Comunicação ou Extensão?”, Freire (1983) recusa a noção de Extensão como invasão cultural, ou seja, como um conhecimento a ser levado para os indivíduos que apenas o recebem, de modo passivo.

E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar [...] a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações. (Freire, 1983, p. 13).



O sujeito não deve ser persuadido com a visão do extensionista sobre a realidade social. Ao contrário, os indivíduos participantes necessitam ter um olhar crítico sobre a sua própria realidade, problematizando-a e sendo ativos em sua transformação. Com isso, Freire (1983) defende o conceito de comunicação, ao invés de extensão, na qual o educador não se vê como detentor de todo o conhecimento, mas, sim, percebe-se como alguém que sempre pode aprender mais, estar em diálogo com os educandos, que trazem consigo saberes.

Na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Mas, como este algo que está sendo levado, transmitido, transferido (para ser, em última instância, depositado em alguém [...]) é um conjunto de procedimentos técnicos, que implicam em conhecimento, que são conhecimento, se impõem as perguntas: será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo de outro? Pode este conteúdo, que é conhecimento de, ser “tratado” como se fosse algo estático? Estará ou não submetendo o conhecimento a condicionamentos histórico-sociológicos? [...] (Freire, 1983, p. 15).

Com base na perspectiva freiriana da prática libertadora, o Projeto Vínculos estruturou o seu trabalho enxergando os participantes como sujeitos e não objetos; enquanto cidadãos que possuem conhecimentos a serem partilhados, refletidos e problematizados, visando a mudança das questões sociais nos quais estavam inseridos. No fazer a Extensão, não houve estender o saber, o transmitir conhecimento, as soluções prontas e a domesticação. Para tanto, o planejamento

[...] demanda um esforço não de extensão, mas de conscientização que, bem realizado, permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo. Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens. O de serem sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam. (Freire, 1983, p. 22-23).

Assim, as atividades tiveram como pressuposto a prática dialógica-reflexiva, em oposição à manipulação e à invasão. O diálogo conversa com a transformação de uma realidade concreta, problematiza as questões sociais que englobam as condições em que os sujeitos se encontram - as violências, desigualdades, violações de direitos, os preconceitos e os estigmas que atravessam as suas vivências, de modo que a comunicação foi a base deliberadamente escolhida para mediar as ações do Projeto Vínculos.

Em torno de um fato – a colheita, por exemplo –, poderemos usar um sistema simbólico ininteligível para eles. Nossa linguagem técnica, que se exprime num universo de signos linguísticos próprios, pode deixar -de ser alcançada por eles como o significante do significado sobre o qual falamos. Daí que as palestras sejam cada vez menos indicadas como método eficiente. Daí que o



diálogo problematizador, entre as várias razões que o fazem indispensável, tenha esta mais: a de diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado. Deste modo, o significado passa a ter a mesma significação para ambos. E isto só se dá na comunicação e intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado, e nunca através da extensão do pensado de um sujeito até o outro. (Freire, 1983, p. 46)

Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (2019) descreve o diálogo como uma exigência da existência dos homens, pois é o encontro dos indivíduos - um encontro para reflexão sobre o mundo e, por assim, a sua transformação. Para alcançar este feito não há como o diálogo se basear no depósito de ideias e visões sobre os outros sujeitos. É o caminho onde os sujeitos podem se entender com significado no mundo.

Partindo do diálogo, para a construção da relação com os sujeitos envolvidos no Projeto Vínculos, utilizamos rodas de conversas e oficinas como metodologia, como encontros dialógicos, sem causar distanciamento entre os participantes e as extensionistas de diversas áreas acadêmicas. Nossa busca foi pela construção de um espaço para que todos pudessem se sentir ouvidos e acolhidos de maneira confortável, sem julgamentos e com validação de suas experiências vivenciadas com o sistema prisional e/ou com o sistema socioeducativo, com estímulos para que partilhassem conosco e uns com os outros questões, desafios, dúvidas, dilemas e angústias que atravessavam, onde os mesmos identificavam com autonomia as semelhanças nos relatos, potencializando a construção de uma rede de apoio ou de “Vínculos”, a partir dos quais pudessem se ver coletivamente amparados e fortalecidos ao enfrentar os desafios impostos pela situação vivida.

As atividades do Projeto Vínculos pela perspectiva das alunas bolsistas: relatos derivados dos encontros dialógicos

No ano de 2022¹³ a atuação junto ao público-alvo do Projeto Vínculos foi realizada com três grupos: um grupo com familiares de pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional vinculado ao CRAS do Jardim Amanda; um grupo com familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e um grupo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, ambos atendidos por uma equipe do CREAS de Hortolândia.

¹³ Apesar do Projeto Vínculos ter sido desenvolvido entre os anos de 2020 e 2023, as autoras deste artigo participaram, junto à coordenadora do projeto, como alunas bolsistas apenas no ano de 2022, o que justifica a limitação do relato aos encontros realizados nesse período.



Para os grupos de adultos (tanto do CRAS Amanda quanto do CREAS), propusemos encontros dialógicos mensais¹⁴ ocorridos entre maio e novembro. Para o grupo de adolescentes, considerando as especificidades da faixa etária, propusemos atividades em formato de oficinas, também mensais entre maio e novembro.

Conforme apresentamos na introdução, no grupo do CRAS Amanda, ao longo do ano foram realizados cinco encontros: “Acolhida do Projeto Vínculos”, “Ser mulher, ser mãe”, com o objetivo de promover a reflexão sobre as diferentes formas de ser mulher e ser mãe trabalhando as expectativas sociais sobre as duas categorias; “Como vejo e o que penso sobre o sistema prisional”, com o objetivo de contribuir para o conhecimento mais amplo do sistema prisional brasileiro, tendo como ponto de partida as experiências individuais; “Como me sinto enquanto familiar de pessoa privada de liberdade ou egresso do sistema prisional” com o objetivo de estimular a reflexão sobre as cobranças sociais que recaem nos familiares de pessoas privadas de liberdade e em egressos do sistema prisional e “Meu caminho até aqui e quais são meus desafios” com o objetivo de estimular a reflexão sobre os desafios futuros e a rede de apoio existente para enfrentá-los.

No grupo de familiares do CREAS, foram realizados cinco encontros: “Acolhida do Projeto Vínculos”, “Ser mulher, ser mãe”, com o objetivo de promover a reflexão sobre as diferentes formas de ser mulher e ser mãe trabalhando as expectativas sociais sobre as duas categorias; “Como vejo e o que penso sobre as medidas socioeducativas”, com o objetivo de contribuir para o conhecimento mais amplo do sistema socioeducativo brasileiro, tendo como ponto de partida as experiências individuais; “Como me sinto enquanto familiar de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa” com o objetivo de estimular a reflexão sobre as cobranças sociais que recaem nos familiares de adolescentes em conflito com a lei; e “Meu caminho até aqui e quais são meus desafios” com o objetivo de estimular a reflexão sobre os desafios futuros e a rede de apoio existente para enfrentá-los.

Com o grupo de adolescentes do CREAS foram realizados cinco encontros: “Acolhida do Projeto Vínculos”, “Como me vejo e o que gosto de fazer”, com o objetivo de promover a reflexão sobre as diferentes perspectivas de autoconhecimento dos participantes; “Como vejo o mundo e o que é importante para mim”, com o objetivo de

¹⁴ Apesar da proposição mensal, nem todos os encontros aconteceram. Alguns devido ao calendário dos CRAS e CREAS, outros pela ausência de participantes.



estimular os participantes a refletirem sobre como se colocam em relação à coletividade a partir de perguntas disparadoras e roda de conversa; “Como vejo o sistema socioeducativo”, com o objetivo de contribuir para o conhecimento mais amplo do sistema socioeducativo brasileiro, tendo como ponto de partida as experiências individuais; e “O que espero em relação ao futuro”, com o objetivo de estimular a reflexão sobre as possibilidades de reinserção social¹⁵.

Em todos os grupos, respeitando a perspectiva dialógica freiriana, os encontros eram divididos em momentos, começando sempre em formato de roda, onde todos pudessem se enxergar igualmente, para uma apresentação¹⁶ e boas-vindas seguida de uma conversa inicial sobre a temática. Os momentos posteriores traziam a abertura para o compartilhamento das vivências e pontos de vista dos participantes, seguido de um momento de sistematização e registro (a cada encontro com uma metodologia distinta, como painel, desenho, escrita de carta, entre outros) e um momento final com diálogo sobre o que foi possível avançar em relação ao tema, retomando a conversa inicial e os registros produzidos.

O espaço sempre era aberto para a conversa, de modo seguro e respeitoso. Era instigado o início do diálogo e da atividade através de perguntas reflexivas feitas pela professora. Os estudantes presentes auxiliavam em todo o processo, atentos aos participantes, colaborando para a participação de todos e fortalecendo um espaço de escuta ativa e crítico-reflexiva.

De modo geral, entendemos que todas as atividades promoveram reflexões pessoais e sociais, fazendo os participantes questionarem sobre questões que atravessam suas vivências com sistema prisional e com as medidas socioeducativas. Para além disso, trouxe também a possibilidade de se enxergarem como indivíduos que possuem direitos, sonhos e metas, podendo vislumbrar um futuro longe da privação de liberdade, como cidadãos ativos na sociedade.

Em relação aos encontros dialógicos e oficinas, trazemos a seguir algumas narrativas registradas durante as atividades das quais participamos. Tais registros foram

¹⁵ Para o desenvolvimento dessas atividades a participação de estudantes de Psicologia foi bastante importante contribuindo com as propostas a partir de metodologias específicas para o trabalho com adolescentes.

¹⁶ Sempre que tínhamos pelo menos um aluno diferente ou um participante diferente.

feitos a partir de metodologias de coleta e análise de dados por abordagens qualitativas características das Ciências Sociais, em especial a etnografia.

Nesse método utiliza-se o princípio da observação participante na qual os cientistas envolvidos passam um determinado tempo inseridos e convivendo no meio que serve de *locus*, junto aos participantes, a fim de entender melhor as problemáticas e vivências que permeiam a existência do seu recorte e sua relação com a sociedade de modo geral. No caso do nosso relato, a observação participante ocorreu durante os encontros dialógicos e oficinas do Projeto Vínculos. Os registros são feitos no “Diário de Campo”, geralmente um bloco de notas, físico ou digital, utilizado para reter todas as informações possíveis sobre o que está sendo observado, incluindo reflexões e questões para que depois possa servir de embasamento na análise das informações obtidas, na produção de relatório, na escrita de um artigo, entre outras possibilidades.

É importante ressaltar que, no caso das reflexões derivadas das atividades realizadas pelo Projeto Vínculos, as análises de caráter qualitativo ajudam a captar em essência as experiências dos participantes ampliando as possibilidades de compreensão acerca dos atravessamentos do sistema prisional e/ou socioeducativo em diversas esferas da vida de casa uma de forma aprofundada.

Os relatos a seguir derivam das informações registradas em diário de campo¹⁷ a partir da observação participante das alunas bolsistas nos encontros dialógicos e oficinas realizadas no ano de 2022, acima descritas¹⁸.

Maria, Gerson e Andréia – CRAS Jd. Amanda

No CRAS do Jardim Amanda, Maria, Gerson e Andréia foram os participantes que estiveram na maior parte das atividades. Os elementos desatacados abaixo foram trazidos por eles ao longo do encontros.

¹⁷ É importante ressaltar que, sendo um instrumento de anotações pessoais, a forma como o diário de campo foi produzido foi diferente no registro das atividades no CRAS e no CREAS, devido à alternância na necessidade de participação dos alunos do Projeto Vínculos no desenvolvimento dos encontros dialógicos e das oficinas, impactando a produção dos relatos quanto à uniformização.

¹⁸ Todos os participantes das atividades assinaram termo de consentimento acerca do uso de sua imagem e informações fornecidas ao longo do Projeto. Os nomes dados aos participantes são fictícios e correspondem aos nomes atribuídos nas narrativas produzidas para o Podcast Vozes e Vínculos para aqueles cujos relatos foram cedidos.



Maria é mãe, avó, mulher preta tinha muita muitas bocas para alimentar e pouco dinheiro, em um dia de desespero, Maria resolve furtar itens alimentícios, coisa que facilmente poderia ser resolvida, mas devido à sua condição financeira e sua cor, um juiz decidiu que ela deveria ser presa por 11 meses.

A situação de Maria já não era das melhores, tudo que contam do sistema prisional é uma falácia, ela conta que quando um indivíduo está privado de liberdade, ele precisa bancar sua comida, sua família lá fora, produtos de higiene, entre outros. Então, muitos desses indivíduos, para se sustentar, acabam entrando para o tráfico dentro do presídio, como foi o caso de Maria e de muitos outros.

Por sorte, Maria não foi pega traficando, então, não teve nenhuma penalidade por conta disso, até porque quem levava as drogas para Maria repassar, era a própria polícia.

A partir do relato de Maria, podemos pensar nas desigualdades de classe e raça reproduzidas pela Lei de Drogas (Brasil, 2006), no que tange à criminalização do porte de substâncias ilícitas. A recente discussão¹⁹ que chegou ao STF sobre a temática teve como um dos principais argumentos a disparidade de prisões e condenações definidas de acordo com a cor da pele e a classe social à qual pertencem os réus.

Ao sair do presídio, Maria, teve que cumprir prestação de serviço comunitário no CRAS, impossibilitando que ela pudesse trabalhar em horário comercial, o que fez com que ela perdesse o emprego que tinha arrumado, o que já considerava um milagre, levando em consideração que os egressos do sistema prisional têm muita dificuldade em arrumar um emprego.

Maria fala sobre o julgamento que sofre ao visitar a filha que estava privada de liberdade por ser egressa. Também comenta que as regras colocadas pelas mulheres privadas de liberdade, são mais rígidas que as da própria penitenciária. Outrossim, enxerga o presídio como uma escola e diz que as pessoas privadas de liberdade precisam

¹⁹ Discussão que se arrasta há anos, mas que teve em junho de 2024 uma decisão do STF definindo a quantidade de maconha cujo porte implicará em acusação de tráfico ou indicação de uso próprio. Ver, por exemplo, <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-define-40-gramas-de-maconha-como-criterio-para-diferenciar-usuario-de-trafficante/#:~:text=Por%20maioria%2C%20o%20colegiado%20definiu,sativa%20ou%20seis%20plantas%20f%C3%A0meas>. Acesso em 03 jul. 2024.



se reinventar quando estão no presídio, para poder sobreviver, como por exemplo, aprendendo a cozinhar utilizando fios e tijolos.

“*O que mais machuca é a discriminação por ter sido presa*”. Maria não esconde esse fato das pessoas que convive, pois considera que precisa ser aceita apesar disso. Diz pensar duas vezes antes de fazer qualquer coisa para não ser presa novamente. Mas que se acaso voltar a não ter o que colocar na mesa, também não pensaria duas vezes antes de roubar. E foi o que aconteceu com Maria. Em um encontro em que não esteve presente, soubemos que Maria havia sido presa novamente, agora por suspeita de participar de um assalto.

“*Nem um cachorro sairia bom de dentro do presídio*”, diz Gerson, um homem negro que em 2022 tinha 41 anos egresso do sistema prisional, condenado a 78 anos de prisão, reduzidos a 11 anos em regime fechado, por participar de uma organização criminosa. Gerson, relata que o problema vai além do sistema carcerário, para ele, o problema está no governo.

Gerson ainda enfatizou que o Estado lucra em cima das pessoas privadas de liberdade e que esse sistema não ressocializa ninguém. Após passar por diversas unidades prisionais no Estado de São Paulo, em um dos encontros, relatou os abusos praticados pelos funcionários das unidades em relação às pessoas privadas de liberdade, nos contou sobre um policial penal também negro que quase o matou dentro do presídio, refletindo sobre a ideia do “oprimido querendo oprimir”. Também fez relatos sobre abuso contra os familiares, majoritariamente mulheres, mães e esposas.

Durante sua estadia no sistema prisional paulista, Gerson teve duas esposas, a primeira com quem teve um filho, que o abandonou quando ele foi preso, e a que conheceu depois, com a qual seguia casado e tem quatro filhos. Vale enfatizar, que a relação de Gerson com os 4 filhos mais novos, se deu em boa parte durante o tempo em que estava privado de liberdade.

Outro ponto enfatizado por Gerson, assim como por Maria e pela maioria dos participantes, é o preconceito sofrido após sair do sistema ou o preconceito que seus familiares sofreram ou sofrem. Um ponto interessante do relato de Gerson, é que ele se



sente mais respeitado, em relação à sua situação pelas pessoas de renda mais alta, do que pelas pessoas de classe baixa.

Gerson se considera um vitorioso por ter conseguido sobreviver até aqui. Inclusive diz que quem é religioso diz que isso é uma proteção divina. Pois, sua vida foi bem caótica, enfatizando de maneira sutil que fez coisas das quais não se orgulha mais.

Apesar dos 11 anos em regime fechado, Gerson ainda cumpria prestação de serviço comunitário em um dos CRAS no qual desenvolvemos as atividades do Projeto Vínculos e trabalhava como autônomo vendendo alimentos prontos no contraturno.

Andréia, que em 2022 tinha 48 anos, tinha o pai privado de liberdade, condenado por um crime considerado hediondo. Contudo, nosso intuito é relatar a perspectiva de Andréia, tanto em relação à privação de liberdade do pai – segundo a qual se deu novamente pela falta de informação acerca da necessidade de voltar a comparecer à Vara de Execução Penal mensalmente após o período de maior isolamento devido à pandemia de COVID-19 – quanto ao fato da dificuldade em visitá-lo, das humilhações sofridas nos momentos da visita e do fato dele ser um senhor de idade e doente.

Enquanto trabalho de apoio e fortalecimento a familiares de pessoas privadas de liberdade, não nos diz respeito o crime pelo qual o familiar foi sentenciado, mas sim, o fato de que independente do ocorrido, a pessoa encarcerada é seu pai, ela o ama e não acredita que ele cometeu esse crime.

Nos encontros dos quais participou Andréia chorava muito e procurava apoio para fortalecer a si e sua mãe idosa durante esse período. Também reclamava das injustiças que ocorriam no presídio, tanto com seu pai quanto com os familiares nos momentos das visitas. Em dezembro de 2023, Andréia entrou em contato conosco informando que seu pai havia conquistado a liberdade, relatando que desde então a alegria voltou a fazer parte da família.

Familiares de adolescentes – CREAS Hortolândia

Ao longo dos encontros com o grupo de familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, composto majoritariamente por mães de adolescentes do sexo masculino, o principal assunto trata da culpabilização que a



sociedade coloca em cima das mães, que em maioria possuem mais de um filho, trabalham fora e estão sozinhas na criação dos filhos, sem rede de apoio, nem pensão.

Importante destacar que embora os adolescentes atendidos no CREAS são os que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, o grupo de familiares era composto por pessoas cujos adolescentes cumpriam tanto medida em meio aberto, quanto de semiliberdade ou de internação, o que possibilitou uma rica troca de experiências entre o grupo.

Os relatos das participantes aqui destacados nos ajudam a compreender como a passagem do filho pelo sistema socioeducativo traz ainda mais obstáculos às vidas já repletas de dificuldades que essas mulheres enfrentam. Sistematizamos os elementos que foram mais enfatizados pelas participantes no conjunto dos cinco encontros realizados no ano de 2022, anteriormente indicados.

Apesar dos desafios explicitados ao longo dos encontros, as participantes têm uma representação positiva do ser mulher e da maternidade, trazendo perspectivas como “A alegria de uma mulher é ficar junto com os filhos”; “Ser mãe para mim é tudo na minha vida”; “Ser mulher para mim é ser a estrutura da casa... podemos ser tudo: mãe, dona de casa, ser lutadora de tudo”; “Ser mulher mãe é ser luz”; mas também a consciência dos entraves decorrentes do papel atribuído à mulher em nossa sociedade, como nas reflexões: “Somos mulheres mães solos, guerreiras, batalhadoras e lutamos para dar o melhor para nossos filhos”; “Nós mulheres devemos ser mais valorizadas”; “Para mim a mulher é a pessoa mais guerreira, forte corajosa que vive para a família e para a casa”.

No que tange ao modo como enxergam o sistema socioeducativo e como se sentem enquanto familiares de adolescente em cumprimento de medida, grande parte das mães entendem a medida socioeducativa como momento de inflexão a partir do qual os adolescentes precisarão refletir sobre seus atos, suas amizades e sobre o que querem para o futuro. Também enxergam como ocasião para que valorizem a família e a escola, bem como possam desenvolver senso de responsabilidade e entendimento de que todas as ações têm consequências, que podem ser boas ou ruins.

Também notamos algumas falas emblemáticas sobre o quanto o sistema socioeducativo (principalmente as medidas de semiliberdade e de internação) é entendido como reprodução do sistema prisional.



Em um dos encontros, Maria Rita comenta que não sabe o que fazer porque o filho não obedece, diz saber que ao tornar-se maior de idade o filho irá ser preso, o que fará com que perca o filho, porque segundo ela, quem vai preso não sai mais e isso a faz questionar o nascimento do filho e pensar que preferia que ele ficasse doente, do que preso. Essa mãe acha que a figura paterna fez falta, já que o menino não possui boa relação com o pai, e acredita que se houvesse uma relação positiva o filho poderia ter seguido por um caminho diferente.

Ao ouvir tal comentário, a assistente social²⁰ diz que a mãe sofre por antecedência, pois existe a possibilidade de o menino se ressocializar e não continuar nessa vida. Maria Antônia, familiar de outro adolescente, retruca dizendo que ao adentrar o sistema uma vez, o indivíduo acaba voltando mesmo fazendo tudo certo. Essa perspectiva mostra, com outras palavras, o filtro da seletividade penal discutido na primeira parte do trabalho.

Em outro momento, Maria Cecília relata que o filho só resolveu participar de um assalto porque ela estava doente e impossibilitada de trabalhar. Essa afirmação faz coro com explicações que alguns dos adolescentes que compuseram nosso grupo no CREAS trouxeram acerca dos motivos que os levaram a enveredar por caminhos que resultassem em ganhos altos e rápidos. Muitos desses adolescentes afirmaram que sua principal motivação era dar um futuro melhor para si próprios, por exemplo para comprarem roupas, celular, moto e demais mercadorias de valores proibitivos considerada a renda familiar, ou para a família e em especial para mãe, que se desdobrou para criar os filhos, merecendo uma vida melhor.

Os encontros com o grupo de familiares de adolescentes no CREAS também revelaram uma questão que nos chamou a atenção: as narrativas das mães mostram que possuem uma boa relação com os adolescentes, cercados de amor e preocupação na criação. Ou seja, ao contrário do que é incisivamente propagado no senso comum, por mais que nem todas as famílias correspondam ao padrão socialmente imposto, a (des)estrutura familiar sozinha não dá conta de explicar os caminhos trilhados pelos adolescentes dos grupos que participaram do Projeto Vínculo. Elementos de outra ordem, como a desigualdade sociorracial, também precisam ser considerados quanto voltamos

²⁰ Tanto os encontros dialógicos, quanto as oficinas eram abertas à participação dos técnicos de referência do CRAS ou do CREAS de cada grupo.



nosso olhar aos adolescentes que caíram no filtro da seletividade do sistema socioeducativo.

Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa – CREAS Hortolândia

Nos primeiros encontros no CREAS de Hortolândia, os adolescentes entravam na sala, quase sempre desconfiados, quietos e observadores. Trocavam poucas palavras, falando somente o essencial, respondendo aos nossos estímulos de interação quase sempre de forma monossilábica. Eram majoritariamente do sexo masculino e possuem uma identidade e comum ao se vestir: correntes de prata penduradas no pescoço, boné e bermuda. Ao longo das atividades só tivemos a participação de uma adolescente do sexo feminino, Letícia, presente em duas oficinas, bastante falante e questionadora, socializava bem com as mediadoras e com os outros adolescentes.

Para as oficinas, respeitando a perspectiva Freiriana abordada anteriormente, buscamos metodologias específicas para o trabalho com adolescentes, tendo bastante auxílio das alunas voluntárias do curso de Psicologia. E tivemos sucesso pois os adolescentes foram se mostrando mais receptivos, interagindo bem com as nossas propostas.

Apesar de serem incentivados a trazerem elementos de suas individualidades, a partir da provocação “como me vejo e o que gosto de fazer”, além da identidade visual parecida, foram pontuadas algumas características pessoais em comum pelos participantes, como gostar de jogar bola (futebol), soltar pipa, usar as redes sociais e ouvir funk. Esse foi um elemento marcante, considerando que inicialmente imaginávamos que haveria interesse dos adolescentes pelo rap e pelo movimento hip hop.

Em relação à visão de mundo e o que consideravam mais importante para si próprios, os adolescentes se envolveram bastante na dinâmica proposta: sorteio de perguntas às quais deveriam responder de forma anônima. Após as respostas, os papeis eram dobrados e colocados em um recipiente para serem pegos de forma aleatória e lidos pelas mediadoras, sendo formado um painel para a discussão sobre as temáticas respondidas.

Ao sortear a primeira pergunta, um dos meninos ficou bastante tempo refletindo e pediu para trocar a pergunta, pois achou difícil. Ao final da atividade, ao perguntarmos



sobre qual temática se referia a pergunta difícil, nos respondeu que se tratava de relacionamento.

Na pergunta "O que me deixa feliz?", um dos adolescentes respondeu que felicidade é não passar necessidade, o que corrobora com a discussão feita nos encontros com as famílias, acima relatado.

Diante da pergunta "O que pensam de mim me incomoda?" todos exclamaram que não se importam com a visão dos outros. Essa postura foi bastante interessante, considerando o fato de estarmos trabalhando com adolescentes estigmatizados, tanto pelo ato infracional cometido, quanto pelo fato de estarem cumprindo medida socioeducativa.

Sobre a pergunta "Qual oportunidade eu gostaria de ter?" tivemos uma diversidade de respostas: "Gostaria de fazer curso de jardinagem"; "Ser alguém no futuro"; "Sonho em ter uma moto maior". Quando questionados sobre "O que faria do mundo um lugar mais justo?", os adolescentes responderam na seguinte ordem, sem titubear: "Respeito"; "Sem polícia"; "Polícia justa que não seja racista".

Em relação ao que pensam sobre o sistema socioeducativo, iniciamos com apenas um adolescente: Lucas. Ao ser mostrada uma imagem da Fundação Casa, o adolescente, que cumpre medida em meio aberto, não reconheceu a imagem. Disse não saber qual medida socioeducativa estava cumprindo, só sabia que precisava vir ao CREAS assinar e que sua medida era de 6 meses.

Pouco depois chega outro adolescente, Raul que nos contou que cumpria a medida de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e que vinha ao CREAS assinar a presença. Cumpre a medida em uma escola, por 6 meses. Destaca que já estudou nessa escola e que conhece todo mundo. Diz que preferia essa medida do que estar – em suas palavras – preso na Fundação Casa. Detalha que vai duas vezes por semana, cumprindo o total de sete horas. Sua atividade é chamada de "Projeto de Vida", onde escreve textos no computador. Relata que ficou 15 dias na Fundação Casa e que lá encontrou vários de seus amigos.

Ao serem estimulados a refletirem sobre o que pensam das medidas socioeducativas, Lucas diz que pode ser uma chance de mudar de atitudes e comportamentos. necessário para melhorar. Já Raul reflete que, apesar de serem muitas



horas, é melhor do que fazer coisa errada e que está fazendo um projeto de vida, mas pontua que a PSC poderia ser remunerada, como um trabalho.

Os diálogos desse encontro nos despertaram um alerta, que de outras formas também apareceu nos encontros com as famílias de adolescentes: a falta de informação qualificada sobre o que são, quais são e quais os objetivos das medidas socioeducativas.

Sobre "O que espero em relação ao futuro", de início os adolescentes se mostraram bastante surpresos e um pouco resistentes à dinâmica: abrir uma caixa e se deparar com um espelho para o qual deveriam olhar e refletir os motivos pelos quais aquela pessoa era especial. Na sequência a proposta era que pensassem sobre o que esperavam em relação ao futuro e escrevessem uma carta a si próprios "do futuro" que ao ser finalizada, seria fechada com um adesivo para que lessem no futuro.

Apesar da surpresa inicial todos participaram e, no momento final, em se em meio às trocas do grupo, todos concordam que esperam não olhar mais para trás para que o momento pelo qual estavam passando não ter influência no futuro que pretendem construir. Ao serem informados que poderiam levar a carta consigo, Letícia disse que preferia deixar conosco pois na sua casa não tem um lugar para deixar suas coisas com privacidade, sem que sua mãe mexa e não queria que a mãe lesse o que foi escrito. A coordenadora do Projeto Vínculos informou que guardaria a carta fechada e que a adolescente poderia solicitar se e quando quisesse.

Considerações finais

Conforme apresentamos ao longo deste trabalho, através dos encontros dialógicos, ouvimos os participantes egressos do sistema prisional, familiares de pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e familiares de adolescentes em medida socioeducativa compreendendo as vivências trazidas, a partir da proposição de encontros dialógicos.

Analisando as reflexões geradas em nossos encontros foi possível constatar em várias oportunidades – aqui demonstradas pelos relatos derivados dos registros no caderno de campo das alunas – como a problemática estrutural do sistema prisional abordada nas primeiras partes do texto atravessam as experiências dos participantes, o que demonstra que todas as temáticas desenvolvidas nos encontros e oficinas do Projeto Vínculos não estavam alheias à realidade social dos indivíduos: os temas pertenciam às



situações concretas que perpassam as vivências dos sujeitos, como destacam fortemente Maria e Gerson a partir das reflexões derivadas de suas experiências enquanto egressos do sistema prisional.

Como analisado por Almeida (2018), a hierarquização de poder dentro das instituições aparece nos momentos em que tanto Maria e Gerson, egressos do sistema prisional quanto os familiares, como Andréia, trazem violências sofridas dentro das instituições prisionais, por egressos e pelos familiares nos momentos de visita. Situações que violam direitos fundamentais e que reforçam a lógica estrutural de dominação, mas que nem sempre são compreendidas em profundidade, por exemplo, na reflexão das participantes do grupo de familiares do CREAS, cujos adolescentes estavam em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto que não vivenciaram situações de internação na Fundação CASA e, principalmente na postura de algumas profissionais que, apesar de estarem no papel de referência dos adolescentes, reproduzem perspectivas conservadoras e às vezes punitivistas em relação aos atos infracionais.

A questão racial como ponto fundamental para a compreensão das instituições, debatida por Almeida (2018) e da ideologia racista da sociedade brasileira, apresentada por Borges (2019), também é constatada em diversos momentos dos relatos dos participantes. Ao longo dos encontros, Maria e Gerson, egressos participantes dos encontros dialógicos nos CRAS do Jardim Amanda enfatizaram mais de uma vez o fato de sua raça ser um marcador para terem tido vivências atravessadas pela opressão, dentro e fora do sistema prisional. Os adolescentes do grupo do CREAS também ressaltaram o caráter racista das abordagens e atuações da polícia, trazendo indiretamente a opressão por parte da corporação.

A pesquisa do CNJ (2021) pontuou algumas questões que conformam o perfil das pessoas privadas de liberdade no Brasil, tendo a classe social como um dos recortes. Nos relatos dos egressos, dos familiares e dos adolescentes que participaram das atividades do Projeto Vínculos a desigualdade social foi destacada em diversos momentos, tanto como um dos impulsos para os atos infracionais, seja para a sobrevivência, como afirma Maria Cecília, mãe de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, seja para a inserção na sociedade do consumo principalmente no caso dos adolescentes, quanto no modo como age a seletividade penal, discussão que se relaciona ao indicado por Davis (2018) e Borges (2019) acerca do modo como socialmente é



construída a identidade do marginal. Essa identidade dita quem é o criminoso, baseada na divisão racial e social.

Os participantes do Projeto Vínculos compõem o público-alvo dessa estrutura que mantém corpos pretos e pobres à margem da sociedade, sendo duramente vigiados, oprimidos e massacrados por um sistema de dominação. Os diálogos possibilitados nos encontros mostram como a estrutura social e o ideal de marginal, afetam nossos participantes antes mesmo de cometerem atos infracionais, por meio das desigualdades de oportunidades e das violações de direitos, que antecedem os atos ilícitos e que quando pegos, mesmo após o cumprimento da sentença a eles destinada pelo aparato judicial, ao voltarem ao convívio social continuando sofrendo com a discriminação pelo estigma socialmente construído acerca do “ex-presidiário”, situação que também afeta seus familiares mais próximos.

Os participantes do Projeto Vínculos são um pequeno recorte de cidadãos, entre tantos outros, que são subalternizados, dentro de um sistema que foi feito para a exclusão destes corpos. Corpos que continuam tentando sobreviver e que podem encontrar em espaços como o Projeto Vínculos, fortalecimento e apoio para enfrentarem os obstáculos derivados das situações vividas durante e após o contato com o sistema prisional ou socioeducativo.

Data de Submissão: 16.08.2024

Data de Aceite: 06.12.2024

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Feminismos Plurais.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O sistema prisional brasileiro fora da Constituição - 5 anos depois**. Balanço e projeções a partir do julgamento da ADPF 347. Junho, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/Relato%CC%81rio_ECI_1406.pdf. Acesso em 02 jul. 2024.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17 **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FUNDAÇÃO CASA. Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA. **Boletim estatístico**. Disponível em: <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/boletins/>. Acesso em 14 dez. 2024

SISDEPEN. **Dados estatísticos do sistema penitenciário**. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em 14 dez. 2024.

TURNER, Victor. **Drama, Ritual, and Performance**. Nova York: PAJ Publications, 1986.

